

DADOS DE ELEITORAS E ELEITORES COM DEFICIÊNCIA

No Maranhão, segundo dados de estatística da Justiça Eleitoral, as eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida estão distribuídas da seguinte forma:

Quantitativo de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida até 31/12/2025.

Em São Luís:

TIPO	ANO	2023	2024	2025
Deficiência auditiva		647	694	752
Deficiência de locomoção		2.011	2.186	2.287
Deficiência visual		922	1.052	1.174
Dificuldade para o exercício do voto		106	116	126
Outros		1.918	2.394	2.975
Idoso entre 60 e 79 anos		229.014	121.958	125.647
Idoso a partir de 80 anos		28.836	17.217	18.827

No estado do MA:

TIPO	ANO	2023	2024	2025
Deficiência auditiva		4.587	5.258	6.037
Deficiência de locomoção		9.859	11.076	13.230
Deficiência visual		7.646	9.017	10.981
Dificuldade para o exercício do voto		730	685	743
Outros		16.071	21.043	26.448
Idoso entre 60 e 79 anos		1.482.016	781.318	805.302
Idoso a partir de 80 anos		261.778	118.360	132.801

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados estatísticos apresentados demonstram crescimento contínuo do eleitorado com deficiência ou mobilidade reduzida no Maranhão, tanto na capital quanto no interior do estado, no período de 2023 a 2025.

No âmbito estadual, observa-se aumento progressivo nos registros de eleitores com deficiência auditiva (de 4.587 em 2023 para 6.037 em 2025), deficiência visual (de 7.646 para 10.981) e deficiência de locomoção (de 9.859 para 13.230). O grupo classificado como “Outros” também apresentou crescimento significativo, passando de 16.071 para 26.448 registros.

Na capital, São Luís, igualmente se verifica elevação nos quantitativos de eleitores com deficiência auditiva, visual e de locomoção, além de aumento na categoria “Outros”, o que reforça a tendência de ampliação da demanda por políticas estruturadas de acessibilidade .

Embora haja variação nos dados relativos ao eleitorado idoso entre 60 e 79 anos e acima de 80 anos, o volume absoluto permanece expressivo, evidenciando a necessidade de manutenção de estratégias voltadas também à mobilidade reduzida associada ao envelhecimento populacional.

Esses indicadores revelam cenário que impõe atuação institucional contínua, planejada e transversal, justificando as ações estruturantes descritas no relatório, especialmente no tocante à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e tecnológica.

Assim, o mapeamento estatístico do público-alvo não apenas fundamenta as iniciativas da Comissão de Acessibilidade e Inclusão - CAIN - e da Supervisão de Apoio à Gestão de Sustentabilidade e Acessibilidade - SASUA, como também demonstra aderência às diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021, ao utilizar dados objetivos para orientar o planejamento e priorização das ações.